

Gravidez na Adolescência e Pobreza no Brasil: Desafios, Mitos e o Papel da Psicologia para a Desconstrução de Estigmas

Teenage Pregnancy and Poverty in Brazil: Challenges, Myths, and the Role of Psychology in Deconstructing Stigmas

<https://doi.org/10.21727/rm.v17i1.5624>

Lara Andrade Guimarães

Graduanda em Psicologia
Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ

Maria Clara Baudson Coelho de Jesus

Graduanda em Psicologia
Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ

Thiago Rosa Assis de Oliveira

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e
Docente do Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ

E-mail de correspondência: thiagoassis.ugb@gmail.com

Resumo: O presente artigo investigou os fatores que influenciam a gravidez na adolescência para pessoas de baixa renda no Brasil e se essas gestações são realmente indesejadas ou não planejadas para essas adolescentes, buscando entender e desmitificar estigmas perpassados socialmente. O objetivo foi analisar a gestação na adolescência com base no contexto histórico, buscando compreender como ela se manifesta entre adolescentes de baixa renda no Brasil. Para isso, foi definido o que é a adolescência de baixa renda no Brasil, foi analisada a desinformação como um dos principais fatores a proporcionar a gravidez precoce e analisado o papel da Psicologia nesse fenômeno através de um viés sócio-histórico. O presente trabalho foi desenvolvido com o propósito investigativo e explicativo, com abordagem qualitativa, a partir de uma revisão de literatura. Concluiu-se que muitas das gestações na adolescência, principalmente dentro da adolescência de baixa renda foram realmente desejadas, e para além disso, foram planejadas, e que a desinformação não é o principal fator a proporcionar a gravidez na adolescência.

Palavras-chave: adolescência; gravidez; baixa renda; sócio-histórica; Psicologia.

Abstract: This article investigated the factors that influence teenage pregnancy among low-income adolescents in Brazil and whether these pregnancies are truly unwanted or unplanned for these adolescents, seeking to understand and demystify socially pervasive stigmas. The objective was to analyze teenage pregnancy based on its historical context, seeking to understand how it manifests among low-income adolescents in Brazil. To this end, we defined what constitutes low-income adolescence in Brazil, analyzed misinformation as one of the main factors contributing to early pregnancy, and analyzed the role of Psychology in this phenomenon through a socio-historical lens. This work was developed with investigative and explanatory purposes, with a qualitative approach, based on a literature review. We concluded that many teenage pregnancies, especially among low-income adolescents, were truly wanted and, moreover, planned, and that misinformation is not the main factor contributing to teenage pregnancy.

Keywords: adolescence; pregnancy; low income; socio-historical; Psychology.

Recebido em: 24/07/2025.

Aceito em: 18/03/2026.

Como citar este artigo

Guimarães, L. A., Jesus, M. C. B. C., Oliveira, T. R. A. Gravidez na Adolescência e Pobreza no Brasil: Desafios, Mitos e o Papel da Psicologia para a Desconstrução de Estigmas. *Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras, v, 17, n. 1, p. 117-127, jan./abr., 2026.



Introdução

O termo adolescente vem do verbo *adolescere*, em latim, que significa “crescer”. No entanto, o conceito de adolescência, enquanto um período particular da vida de um indivíduo, situado entre a infância e a vida adulta, é recente na história da humanidade (Motta, 2010). O fim da adolescência não é marcado por mudanças de ordem fisiológica, mas, sobretudo, de ordem sociocultural (Giuliani, 2013). Assim sendo, a adolescência pode ser vista como um fato cultural em si, que veio se dando ao longo do tempo, como um processo de adolecer. Como qualquer processo, a percepção do que ele significa e as mudanças que ele traz, tem sua recepção e aceitação gradual por parte da sociedade. Isso porque cada sociedade, em seu meio econômico, enxerga a gravidez na adolescência de forma diferente, com base em suas expectativas para essas adolescentes (Santos *et al.*, 2014).

A gravidez na adolescência é considerada um problema de Saúde Pública no Brasil, uma vez que se observam diversos riscos obstétricos e/ou neonatais envolvendo a gestação, nessa faixa etária. Problemas socioeconômicos também estão envolvidos na gestação de mulheres de baixa renda, que encaram uma maior vulnerabilidade social e acarretam problemáticas ainda mais delicadas de se trabalhar, devido à iniquidade social expressa no Brasil. Assim sendo, se torna de extrema importância um olhar instruído voltado a esse tema e a essa parcela populacional, que entenda suas motivações, sua forma de enxergar a vida e de se colocar em seu meio. Um olhar que fuja dos estigmas sociais e do senso comum das classes mais favorecidas de forma a gerar reflexões e impulsionar mudanças sociais que possam prevenir essas problemáticas e auxiliar essas adolescentes.

Sendo o psicólogo um profissional que busca compreender os comportamentos e a forma de se colocar no mundo das pessoas (CFP, 1992), é de extrema significação para os mesmos, estudos que possam romper com formas instituídas de pensar, colocando vírgulas ao invés de pontos finais em discussões que, em primeira análise, parecem tão certas. Principalmente, se levarmos em consideração, o quanto a ação desses mesmos psicólogos pode ser potencializada em prol de resultados reais, que partem de embasamentos teóricos coerentes específicos para cada parcela populacional que precisar de auxílio.

O presente trabalho foi desenvolvido com o propósito investigativo e explicativo, com abordagem acadêmica qualitativa a partir de uma revisão da literatura, método que analisa pesquisas sobre o tema específico de forma sistemática e sem intervenção, de forma a gerar um embasamento teórico e crítico consistente para o trabalho. Para isso utilizou-se das palavras chaves: gravidez, adolescência, baixa renda, Psicologia e sócio-histórica, pesquisadas nas principais fontes acadêmicas, como *Scielo*, *Pepsic* e *Google Acadêmico*, entre outras.

Os objetivos deste trabalho são analisar o fenômeno da gestação na adolescência com base em um contexto histórico, definir a adolescência de baixa renda no Brasil, analisando o papel da desinformação como um dos principais fatores a proporcionar a gravidez na adolescência e, por fim, analisar o papel da Psicologia através de um viés sócio-histórico.

Esta pesquisa inicialmente buscou abordar o problema de adolescentes grávidas "por acidente" e os julgamentos sociais enfrentados. Contudo, o estudo revelou que, para além da nossa percepção inicial, muitas dessas gestações, especialmente em contextos de baixa renda, são desejadas e planejadas, e a desinformação não é o fator principal. A Psicologia, por sua vez, tem um papel crucial

na desconstrução de estigmas e no apoio à essas adolescentes, sendo explicada por uma perspectiva sócio-histórica que considera a cultura e o contexto social.

Contexto histórico da adolescência no Brasil

De acordo com o contexto histórico da adolescência apontado por Giuliani (2013), embasado nos relatos do historiador Philippe Ariès, percebe-se que as ideias de infância e adolescência são consideradas muito recentes dentro da história humana, as mesmas surgindo na segunda metade do século XX, com o advento da Psicanálise e os estudos da Psicologia do desenvolvimento, através de um rompimento com o modelo cultural estabelecido, em que a gravidez na adolescência era vista como normal e aceitável dentro do casamento, passa para um cenário onde a mesma se apresenta como um problema e um erro entre mulheres solteiras.

Ariès (1981) formula uma interessante teoria onde cada época privilegiaria e voltaria sua atenção para uma determinação etária específica, de acordo com seus interesses, dessa forma, a “juventude” é a idade privilegiada do século XVII, a “infância”, do século XIX, e a “adolescência”, do século XX. Nesse sentido, em cada contexto, faz-se uma apropriação de novos termos que venham representar aquela nova fase que antes não se encontrava presente na realidade social, como o termo adolescência.

Segundo Ariès (1981), no século XIX através da literatura, a adolescência começa a se presentificar como um momento de transição entre a infância e a vida adulta, e, em seu livro “História Social da Criança e da Família”, se utiliza do exemplo de uma personagem literária chamada Querubim e, em seguida a de uma música de Richard Wagner onde, em suas palavras, “a música de Siegfried pela primeira vez exprimiu uma mistura de pureza (provisória), de naturismo, de espontaneidade e de alegria de viver que faria do adolescente, o herói do nosso século 20, o século da adolescência”. Aqui então é retratado o início do real interesse e preocupação da Europa para com a adolescência.

Por outro viés, referenciando Giuliani (2013), no Brasil, essa mudança de olhar que se importa com a saúde dos adolescentes e das crianças e com seus direitos vem a se materializar posteriormente através do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990). E com “se materializar” não significa afirmar que se conclui um movimento, pelo contrário, este apenas se inicia a partir desse momento, em um contexto social. Movimento esse que propõe uma profunda mudança cultural ainda a ser assimilada.

Do ponto de vista das pesquisas históricas (Giuliani, 2013), foi por meio da escola que as crianças se separaram dos adultos, o que permitiu que a noção da infância assumisse uma dimensão social mais significativa, tendo posteriormente o exército germinado a noção da adolescência, criando uma forma de transição entre o menino e o homem (Giuliani, 2013). Ou seja, a percepção social da infância e da adolescência se deu através da escola e do exército, espaços esses onde não se incluíam as mulheres, havendo uma exclusão da menina desse processo de adolecer, fazendo com que a mesma simplesmente continuasse a pular do ser criança para o ser adulta (Giuliani, 2013).

Ainda de acordo com Giuliani (2013), observa-se que, no período colonial a entrada para o mundo adulto se dava ainda mais cedo para todas as pessoas e, no caso das meninas dessa época, através do casamento que ocorria dentre os 12 ou 13 anos, quando não ainda mais cedo, sendo a cerimônia religiosa do catolicismo, a primeira comunhão, a marcar essa entrada ao mundo social de cuidadoras do lar. Isso apenas começou a se modificar com o movimento higienista¹, movimento de modernização social, urbana e sanitária, que novamente no século XX, começou a trazer

¹ O higienismo foi um movimento que objetivava criar normas e hábitos de saúde individuais e coletivamente. O movimento era constituído por bases teóricas, linhas de pesquisas, técnicas e metodologias diversas que se complementavam ou divergiam completamente, assim, em todo seu cunho social, sanitário, político e econômico diverso, os resultados variavam desde democratização na Educação e na Saúde até a segregação social e eugenia (Góis Junior, 2002).

preocupações referentes a cada fase. É importante estabelecer que do ponto de vista econômico, a gravidez na adolescência passa a representar também adolescentes que usufruem menos das suas oportunidades e possuem dificuldade de se colocar de forma competitiva no mercado, sendo interessante para o modelo econômico vigente que tais modificações conceituais e socioculturais se perpetuem para além das questões biológicas de saúde, que vieram a partir de estudos da área (Santos; Pazello; Anazawa, 2021).

Gestação de adolescentes de baixa renda no Brasil

A gravidez na adolescência envolve diversas questões sociais e demográficas. Dados levantados por Costal (2023), que foram apresentados por instituições como o Instituto de Saúde Coletiva da UFBA (Universidade Federal da Bahia), o Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs/Fiocruz Bahia) e o Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa), indicam que, entre 2008 e 2019, aproximadamente 6 milhões de bebês nasceram de mães adolescentes no Brasil. O estudo destaca que a maioria dessas jovens mães são negras e indígenas, além de ressaltar que as regiões Norte e Nordeste apresentam as maiores taxas de maternidade na adolescência, concentrando-se em jovens entre 10 e 19 anos.

Estudos publicados em 2025 (UFPel/Umane²) indicam que 1 em cada 23 adolescentes brasileiras se torna mãe a cada ano. De acordo com os dados, houve uma redução significativa de aproximadamente 18% a 30% nos últimos anos (dependendo do estado e base de dados), mas essa queda é desigual. Enquanto o Sudeste apresenta taxas baixas, o Norte ainda possui índices comparáveis aos países mais pobres do mundo. O estudo mostra que, embora a média nacional esteja caindo, o Brasil vive um "abismo social". Como já mencionado acima, a região Norte do país, apresenta altas taxas de fecundidade de adolescentes em 76% dos municípios, sendo comparadas com países extremamente pobres (Barros; Blumenber; Costa *et al.*, 2026).

Em 2008, uma pesquisa realizada na comunidade da Favela Sururu de Capote, em Maceió, Alagoas, apontou um número significativo de casos de gravidez na adolescência. No que diz respeito à escolaridade anterior a primeira gestação 86,2%, referiram inclusão em programa escolar, entretanto apenas 32,5% frequentavam a escola na ocasião da investigação - 85% estavam cursando ou pararam de estudar durante o Ensino Fundamental. Dentre as gestantes que interromperam os estudos 23,8%, referiram ter sido em virtude da gestação (Santos *et al.*, 2014).

Estudos publicados em 2025, apontam que a gravidez é muito mais frequente entre jovens com baixa escolaridade (0 a 7 anos de estudo). A maternidade precoce é apontada como causa e consequência da exclusão escolar: no Brasil, a gravidez na infância/adolescência aumenta em 400% o risco de abandono escolar. A gravidez reduz os anos de estudo e, conseqüentemente, a renda futura da mulher, alimentando o ciclo de pobreza intergeracional (filhos de mães adolescentes têm 2 a 3 vezes mais chance de também serem pais na adolescência). Mães adolescentes enfrentam maior dificuldade de inserção no mercado formal e menores salários ao longo da vida adulta (Barros; Blumenber; Costa *et al.*, 2026).

Esses dados revelam sim, o impacto da gravidez precoce na evasão escolar, mas também indicam que a maioria das jovens já haviam abandonado os estudos antes da gravidez, não sendo ela a principal causa da evasão escolar para essas meninas. Dias e Okamoto (2019, p. 201) contribuem sobre o fenômeno apontando uma possível justificativa quando trazem que, "na vida dessas jovens, a família

² UFPel (Universidade Federal de Pelotas): Especificamente através do seu Centro Internacional de Equidade em Saúde (ICEH/UFPel). É um dos centros de pesquisa em epidemiologia mais respeitados do mundo, famoso por realizar as "Coortes de Pelotas", estudos que acompanham gerações de brasileiros para entender como a saúde na infância afeta a vida adulta. Já a Umame é uma associação civil independente, sem fins lucrativos, que atua como uma organização filantrópica ao apoiar e financiar projetos e pesquisas que visam fortalecer o SUS e melhorar a saúde pública no Brasil (Umame, 2025).

ocupa a posição central, enquanto os estudos e o trabalho ocupam uma posição periférica ou praticamente inexistente.”

A maternidade na adolescência carrega significados que variam muito, dependendo do contexto social, econômico e cultural em que as jovens estão inseridas. Para muitas adolescentes de classes menos favorecidas, ser mãe é visto como algo natural, quase uma etapa esperada para se tornar mulher e construir sua própria família. Essa visão reforça valores tradicionais de feminilidade e dá à maternidade um papel central na identidade das jovens (Leitão; Benevides, 2016), ou seja, como defendem Esteves e Menandro (2005, p. 368) “o cotidiano ainda é regido por uma lógica de gênero que vincula maternidade e feminilidade”.

Além disso, o “ser mãe”, para além de ser uma experiência socialmente valorizada, tendo em vista que coloca em relevo a feminilidade da mulher, também vem carregado de pertencimento e propósito. Para algumas jovens, a gravidez não é encarada como um problema, mas como uma solução (Leitão; Benevides, 2016). Tornar-se mãe pode ser uma maneira de conquistar uma identidade e um papel importante na sociedade. Essa perspectiva ganha ainda mais força em comunidades de baixa renda, onde a maternidade pode ser vista como um marco de transição para a vida adulta, simbolizando independência e reconhecimento social. Estudos mostram que, em muitos casos, as jovens dessas comunidades enxergam na maternidade um projeto de vida. Para elas, construir uma família é, muitas vezes, uma alternativa mais viável e significativa do que buscar ascensão social por meio de estudo ou trabalho, devido às barreiras impostas pela pobreza e pela desigualdade (Leitão; Benevides, 2016).

Esteves e Menandro (2005) e Dias e Okamoto (2019) relacionam a gestação na adolescência para essas adolescentes de classe baixa, a um fenômeno de reparação e de preenchimento de um vazio vincular, provindo de meninas que, desde pequenas, eram encarregadas de cuidar de crianças mais novas, sejam seus irmãos ou não. Meninas que sempre estiveram neste lugar e que, por fim, se veem cuidando de um filho que realmente será “seu”, e que enxergam nisso uma forma de superação, de modificação do futuro, reparação no sentido de que aquela criança significará mudanças e um futuro melhor. É importante lembrar que existem muitas formas de adolescer, e que essa estrada na vida adulta para muitas meninas se deu muito antes desse momento da vida dito como “para isso”, e que estar no papel de mãe muitas vezes já é algo natural do contexto de vida dessas mulheres, tendo elas gestado ou não.

Seguindo na mesma linha de raciocínio, Oliveira *et al.* (2019), percebem que a desigualdade social é o real problema num contexto em que a cada 10 adolescentes grávidas, oito delas mal conseguem manter seu sustento, sendo a miserabilidade um ciclo nas vidas dessas adolescentes. Tal desigualdade rompe com a possibilidade dessas adolescentes enxergarem perspectivas, possibilidades e formas de se encontrar para além da gravidez, visto que, de acordo com o estudo realizado, diferente das gestantes adolescentes de classe média, com seus muitos interesses e aberturas para o mundo intelectual e social, as gestantes adolescentes não os percebem como possibilidades ou focos de interesse dos seus contextos de vida.

Desmitificando estigmas

Leitão e Benevides (2016) alertam para um fato que muitas vezes se faz ignorado, o de que, mesmo que nas últimas décadas, se tenha aumentado o número de gestações na adolescência, com meninas cada vez mais jovens e isso seja sim um problema de Saúde Pública. Esse não é um problema da sociedade contemporânea, uma vez que, em todas as épocas, as mulheres engravidaram na adolescência.

Coimbra, Bocco e Nascimento (2005); Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silves (2010) se dedicam a compreender essa fase que é a adolescência, tanto física quanto psicologicamente. Suas mudanças hormonais, as possíveis crises de identidade, as mudanças corporais, as dificuldades sociais provenientes da necessidade de inclusão, para além do âmbito familiar, e todas as questões que se alinham a essa passagem do deixar de ser criança para o vir a ser adulto; o estar nesse meio caminho. Contudo, ao mesmo tempo que isso vem a contribuir positivamente para compreensão dessa fase e a manutenção dos direitos desses adolescentes, tais compreensões também podem acabar sendo utilizadas para embasar estigmas sociais e determinados sentidos comuns dentro de determinadas comunidades, essas se diferenciando entre localizações e regiões e classes sociais (Ozella; Aguiar, 2008).

É então preciso colocar em evidência uma visão difundida socialmente, já há muitas décadas, e apoiada pelas diversas ciências do nosso tempo, incluindo aqui a Psicologia que, mais para frente, terá seu enfoque no trabalho, onde vê-se a adolescência em si como um problema, como um momento rebelde, turbulento, preocupante e de inconseqüências. Tal visão pessimista e negativa resulta numa tentativa de controle social onde “o desenvolvimento adolescente saudável decorre mais da esquivagem de problemas do que da aquisição e aprimoramento de competências” (Esteves; Menandro, 2005, p. 365).

Partindo de nosso entendimento, orientado pelas concepções sociais contextualizadas pelos autores citados acima: Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), Esteves; Menandro (2005) e Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silves (2010) deixam transparecer que há uma ideia de que adolescentes sempre agem por impulso, inclusive perante o ato sexual desprotegido que também envolve a questão das mudanças hormonais. Sendo, nas classes mais desfavorecidas economicamente, o fato agravado e promovido pela desinformação. Acredita-se que tais relações partem dos chamados “namoricos adolescentes”, paixões temporárias sem grandes expectativas de futuro, sendo as gestações na adolescência uma consequência negativa do ato, algo impensado na hora, uma responsabilidade indesejada, um fardo que aquele adolescente terá de carregar e que implicará no seu futuro, nas suas oportunidades e no seu estudo. Prevendo-se então um luto comum para essas adolescentes.

É em cima dessas questões que os resultados das pesquisas entram para contradizer o imaginário social, comum de uma classe média/alta, a começar por trazer esse desejo da maternidade que existe sim e, em muitos dos casos, se faz como um meio de alcançar valor social e identidade própria, de efetivamente entrar na vida adulta e deixar de ser apenas uma adolescente (Leitão; Benevides, 2016).

A pesquisa realizada na favela Sururu de Capote, em Maceió (Santos *et al.*, 2014), desmitifica tais estigmas de forma ilustrada e embasada. O estudo relata que a gravidez na adolescência continua relacionada a aspectos sociais, nos quais, muitas vezes, o ciclo trilhado por mulheres da mesma família se repete nessa faixa etária, apesar de as jovens possuírem mais instrução e conhecimento sobre métodos contraceptivos do que outras gerações ou grupos do mesmo contexto.

A primeira relação sexual ocorreu predominantemente com o namorado da época ou o companheiro atual, sendo o tempo de relacionamento para a iniciação sexual, em grande parte, superior a seis meses. Destaca-se que tais parceiros estavam inseridos no mercado de trabalho e, em sua maioria, reagiram positivamente à notícia da gravidez e à chegada dos filhos, assumindo efetivamente os papéis paternais (Santos *et al.*, 2014).

Santos *et al.* (2014) confirma que a gravidez precoce não é resultado da falta de informações referentes à sexualidade, mas sim, está correlacionada com fatores psicossociais, principalmente aqueles que envolvem reconhecimentos sociais e alguma forma de *status*. Concluindo assim, que as gestações na adolescência são, em grande parte, sim desejadas e, até mesmo planejadas, por essas adolescentes de baixa renda no Brasil, havendo a necessidade aqui de um posicionamento crítico que observe os movimentos sociais e padronizações, que envolvem esse grupo.

Na tentativa de homogeneizar a gestação, a adolescência e a gestação na adolescência podemos facilmente recair em um discurso baseado no julgamento moral e reducionista, visto a heterogeneidade social na qual estamos inseridos. Além disso, a política de “prevenção” da gravidez precoce é constituída a partir de tais discursos, ou seja, observa-se uma tentativa de reprimir a sexualidade das mulheres, consideradas ignorantes e inconsequentes, considerando apenas suas idades cronológicas. (Dias; Okamoto, 2019, p. 194-195).

Dias e Okamoto (2019) apontam que tendo em vista os muitos desdobramentos, posicionamento e argumentos que envolvem a adolescência é preciso muito cuidado para não simplificar a questão, homogeneizar a realidade, reduzi-la a um fenômeno em comum, que se refere a todas as adolescentes que gestam e procurar evitar o que se observa no momento atual.

O fenômeno da gravidez na adolescência e a Psicologia sócio-histórica

Para embasar este trabalho e falar do papel do psicólogo dentro de um contexto de gestação na adolescência, foi utilizada uma perspectiva sócio-histórica, ou seja, uma perspectiva crítica, que rompe com uma ideia de universalidade, de natureza humana, de normalidade e neutralidade, que traz à luz a realidade social na qual um fenômeno psicológico se constitui, dentro de um meio social, um território próprio, uma cultura e, principalmente, dentro de um contexto histórico (Bock; Gonçalves; Furtado, 2007, p. 15-35).

Tal perspectiva, se encaixa ao tema proposto à medida, que exemplifica e critica todo o movimento de simplificação, reducionismo e objetivismo, com o qual se tem enxergado a gestação na adolescência, exigindo que se pense para além da superfície e cada adolescente dentro de seus contextos. E, é exatamente nesse lugar, onde deve entrar a Psicologia, compreendendo a realidade social, cultural e econômica, como algo que faz parte do interior do ser humano e, não exterior a ele, de forma que, através da perspectiva psicológica dos indivíduos, se perceba seu contexto social, e através do entendimento de sua realidade se compreende melhor a humanidade, ao trabalhar em um contexto político e ético mais efetivo para o alívio do sofrimento psíquico (Bock; Gonçalves; Furtado, 2007).

Durante muito tempo, como afirma Bock, Gonçalves e Furtado (2007) e Esteves e Menandro (2005), a Psicologia se encontrou do lado dos discursos hegemônicos - em que, de alguma forma, contribuiu para uma visão negativa da adolescência, ao responsabilizar apenas os sujeitos por seus sucessos e fracassos, por não crescerem socialmente, contribuindo ou até mesmo criando padrões de comportamento que interessavam à sociedade, em outras palavras, normalizando e padronizando os interesses dos que detinham o poder.

Nesse sentido, a definição de adolescência levantada que mais acrescentou a este trabalho foi a de Oliveira *et al.* (2019), que a definiu como:

Não apenas como um evento natural, biológico e simplório, mas como um evento que além destas facetas apresenta características sociais e históricas. Dessa forma, é possível definir a adolescência como um período proveniente de uma construção histórica onde a subjetividade é transformada ou adaptada a partir de um convívio das relações e da cultura presente no espaço existente. (Oliveira *et al.*, 2019, p. 227).

O livro “Adolescências Construídas: a visão da psicologia sócio-histórica” (Kahhale, 2003, p. 91-101), denuncia o “Mito da Adolescência” e busca provar que não existe “a” adolescência, mas sim “adolescências” (no plural), determinadas pela desigualdade social e pela cultura. Ou seja, a adolescência que se faz única dentro de contexto, região, classe econômica e história de vida. Sendo

assim, a forma como uma jovem vive sua gravidez não depende apenas de seus hormônios ou idade, mas das condições concretas de vida, classe social e cultura em que está inserida. A obra também analisa a gravidez como um evento que ganha significados diferentes conforme o contexto, pois em espaços de exclusão, a maternidade pode surgir como um projeto de vida ou uma busca por identidade e status social ("ser alguém" ou ter algo próprio). Além disso, critica-se o uso do termo "problema" de forma generalizada ao sugerir, que o psicólogo deve entender o que aquela gestação representa para a subjetividade daquela adolescente específica (Kahhale, 2003, p. 91-101).

Diante disto, entendemos que é nessa perspectiva de adolescência, atravessada pelos seus condicionantes não apenas biológicos, mais também, sociais, históricos e culturais, que o psicólogo deve desenvolver seu trabalho, de forma a dar voz a essas adolescentes, acolhê-las diante de seu lugar, sem julgamentos ou preconceitos, sem conclusões sobre o que é a fase que ela está vivendo e quem ela é em relação à gestação.

Nascimento e Andrade (2013) e Oliveira *et al.* (2019) apontam um norte inicial para esse atuar, através da capacitação dessas adolescentes, permitindo-lhes adquirir consciência crítica de sua realidade, criando estratégias para educar e, principalmente, motivar aberturas para outras esferas de lazer, para outros futuros possíveis, para refletir sobre suas reais responsabilidades e os meios para sobre como superar determinados desafios, além de buscar fortalecer a rede de apoio, para garantir que a maternidade não signifique o fim da escolarização ou de outros projetos pessoais.

Sendo assim, o acolhimento psicológico procura entender o que a gestação significa para a adolescente, o que ela representa e como se apresenta naquele contexto. É fundamental que pesquisas como esta se proliferem para que essa parcela da população periférica seja compreendida e apoiada por bases sólidas. Ao levantar as reais questões e motivos das escolhas dessas jovens, evita-se focar apenas na culpabilidade desta nova etapa de suas vidas. Pois, o investimento na criação de vínculos é indispensável para que elas se sintam seguras para expressar dúvidas, anseios e receios, permitindo o diálogo sobre temas como a sexualidade, que ainda são vistos como tabus em nossa sociedade.

Outro dado importante, é que gestantes adolescentes apresentam maior probabilidade de desenvolver mais problemas de saúde mental do que gestantes adultas (Nascimento; Andrade, 2013), o que ressalta a importância da Psicologia dentro desses pré-natais, não apenas com as gestantes, mas com o núcleo familiar. A rede de Atenção Básica e afins precisam se comunicar bem, para garantir o acesso dessas gestantes à políticas e manejos de cuidados de prevenção e/ou tratamentos com equipe multidisciplinar, para que serviços de qualidade possam ser desenvolvidos. Nascimento e Andrade (2013) defendem a adoção de grupos terapêuticos, visitas domiciliares e atendimentos psicológicos individuais, de acordo com as respectivas demandas, validando os princípios de integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Estes mesmos autores, ressaltam a responsabilidade do estado sobre essas adolescentes de forma não excludente, o que corrobora com o instituído no ECA através do artigo 4º da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Nascimento; Andrade, 2013; Brasil, 1990).

Se faz necessária a aplicação de critérios, para propor mudanças de vida e estipular o que se deve ou não fazer, pois sem escuta do profissional de Psicologia, as adolescentes poderiam se sentir coibidas de expressar seus verdadeiros sentimentos, uma vez que

[...] já possuem seus sonhos cerceados e não precisam que mais essa autonomia lhes seja tirada, porém é necessário que lhe sejam dadas possibilidades de reflexão e escolhas, ficando a gestação nesse período como uma opção e não como a principal escolha para ocupar um lugar social. É preciso que elas possam ser ouvidas, que se sintam acolhidas, conheçam seus direitos e deveres, sem que nada lhe seja tirado em razão de suas posições socioeconômicas e/ou étnicas. (Dias; Okamoto, 2019, p. 205).

Nesse sentido, a atuação psicológica pautada na abordagem sócio-histórica demanda a compreensão da adolescente enquanto sujeito constituído em suas relações sociais e condições materiais de vida. Estar atento à essa realidade significa suspender o julgamento moralista sobre as escolhas das jovens, reconhecendo que seus comportamentos são respostas a contextos de exclusão. Portanto, a prática clínica/social deve evitar posturas meramente prescritivas ou proibitivas, focando, em vez disso, no acolhimento das subjetividades e na emancipação de indivíduos historicamente invisibilizados.

Considerações Finais

É importante frisar, que este estudo não visa defender a gestação na adolescência, tendo em vista tanto os problemas referentes à saúde, que nessa faixa etária pode propiciar e a vulnerabilidade social que envolve essa parcela populacional e ultrapassa muitas vezes questões financeiras. Também precisa-se destacar que embora esse trabalho tenha seu maior foco na mulher adolescente que gesta, ele não visa sobrecarregá-la de toda a responsabilidade de uma gestação. Falar sobre o pai adolescente, que de certa forma, também é um adolescente que aguarda um filho é um tema muito importante, que deve envolver uma pesquisa futura.

O início dessa pesquisa, se fez com o propósito de analisar sobre o luto das adolescentes que ao engravidarem “por acidente” tiveram suas realidades mudadas e foram colocadas frente a diversos julgamentos sociais. Não pensávamos que tais gestações pudessem ser planejadas, isso porque nós nos encontrávamos dentro de uma bolha social, que se rompeu com o estudo para este mesmo trabalho em que, responderam aos nossos objetivos. Em suma, pode-se concluir que sim, muitas das gestações na adolescência, principalmente dentro da adolescência de baixa renda, são realmente desejadas e, para além disso, são planejadas; como também que não, pois a desinformação não é o principal fator a proporcionar a gravidez na adolescência; que a Psicologia tem sim um papel fundamental na desconstrução e construção de estigmas e no cuidado dessas adolescentes.

Diante do exposto, reitera-se que a compreensão da gravidez na adolescência em contextos de vulnerabilidade exige o abandono de visões reducionistas que a limitam a uma falha de informação ou à impulsividade biológica. Ao reconhecer que a maternidade pode constituir-se como um projeto de vida e um marcador de identidade social para essas jovens, a psicologia sócio-histórica convoca o profissional a atuar na mediação entre a subjetividade da adolescente e suas condições concretas de existência. Portanto, o fortalecimento de políticas públicas e redes de apoio não deve visar apenas à prevenção prescritiva, mas sim a promoção de espaços de escuta e acolhimento, que validem a autonomia dessas adolescentes. Somente, através de uma prática clínica e social ética, que rompa com estigmas de classe e gênero, será possível oferecer alternativas reais de futuro, que coexistam com a maternidade, ao garantir que o ciclo de pobreza e exclusão escolar, não seja o único horizonte possível para essa parcela populacional.

Por fim, espera-se que esse trabalho cumpra com o seu papel de trazer luz a esse fenômeno tão fundamental e que possa, a partir disso, contribuir para gerar interesse a novos pesquisadores para se aprofundarem no tema que ainda necessita de tanta reflexão social.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de nenhuma natureza.

REFERÊNCIAS

ARIËS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara S.A., 1981.

BARROS, Aluizio Jardim Dornelas.; BLUMENBER, Cauane; COSTA Janaína. Calu. Maternidade na adolescência no Brasil: altas taxas de fecundidade e desigualdades marcantes entre municípios e regiões. **Cadernos de Saúde Pública**, 2026. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/R8chbWN4Vtsvz3qs7NMDFRw/?lang=en>. Acesso em: 28 Març. 2026.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odir. **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 16 jul. 2025

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos brasileiros de psicologia**, 2005. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672005000100002. Acesso em 05 de Abr. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Atribuições profissionais do psicólogo no Brasil**. 1992. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024

COSTAL, Inês. **Estudo expõe desigualdades que marcam quadro de mães adolescentes no país**. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/estudoexpoesdesigualdades-que-marcam-quadro-de-maes-adolescentes-no-pais>. Acesso em: 11 nov. 2024.

DIAS, Amanda Carvalho; OKAMOTO, Mary Yoko. Uma leitura psicanalítica da gravidez na adolescência. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 10, 1. ed., p. 190-208, 2019. ISSN 10.5433/2236-6407. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/29807>. Acesso em: 27 maio 2025.

DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA, Marco Antônio. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paideia**, SciELO, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/nFlk3nXXXsjWvSBndk6W5Ff/#>. Acesso em: 20 set. 2024.

ESTEVES, Janine Raymundi; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Trajetórias de vida: repercussões da maternidade adolescente na biografia de mulheres que viveram tal experiência. **Estudos de Psicologia (Natal)**, SciELO Brasil, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/9dXsQHMDqzqQWCRWqBwCTRp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 maio 2025.

GIULIANI, Carla Denari. A construção do conceito de adolescência e o problema relacionado à gravidez na adolescência. In: XXVII Simpósio Nacional de História. **ANPUH-BR**, 2013. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1361370156_ARQUIVO_ampunhartigorelacaoemadoleceregavidez2013.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. "Movimento higienista" na história da vida privada no Brasil: do homogêneo ao heterogêneo. São Paulo: **Conscientiae Saúde**. Rev. Cient. UNINOVE, 2002. 47-52 p. v. 1. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/saude/article/view/170/157>. Acesso em: 14 Jan. 2026.

KAHHALE, Edna. Gravidez na adolescência: orientação materna no pré-natal. In: OZELLA, Sergio (Org.). **Adolescências construídas**: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003. p. 91-101.

LEITÃO, Ana Lourdes Maia.; BENEVIDES, Marinina Gruska. Gravidez na adolescência: será realmente um problema? **Conhecer: debate entre o público e o privado**, [S. l.], v. 6, n. 16, p. 5–24, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/627>. Acesso em: 24 set. 2024.

MOTTA, Débora. Uma análise da adolescência ao longo da história. **FAPERJ**, 2010. Disponível em: <https://siteantigo.faperj.br/?id=1654.2.5#:~:text=O%20termo%20%22adolesc%C3%AAncia%22%20v em%20do,recente%20na%20hist%C3%B3ria%20da%20humanidade>. Acesso em: 19 ago. 2024.

NASCIMENTO, Alana de Souza; ANDRADE, Andrea Batista de. A atuação da psicologia na atenção básica frente à gravidez na adolescência. **Periódicos UFSC**, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/68553/41295>. Acesso em: 21 maio 2025.

OLIVEIRA, Bruna Simone Fernandes de *et al.* Histórico pessoal de adolescentes grávidas: uma pesquisa documental. **Temas em Saúde**, 2019. ISSN 2447-2131. Disponível em: <https://temasensaude.com/wp-content/uploads/2019/03/fippsi13.pdf>. Acesso em: 21 maio 2025.

OZELLA, Sergio; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de. Desmistificando a concepção de adolescência. **Cadernos de Pesquisa**, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/vNqg6DJKX7zBLbv57dwpJR/?lang=pt>. Acesso em 05 de Abr. 2026.

SANTOS, Felícia Mariana; PAZELLO, Elaine Toldo; ANAZAWA, Leandro Seiti . Os impactos da maternidade sobre os resultados socioeconômicos de curto prazo das adolescentes brasileiras. 1. Ed. **Pesquisa e planejamento econômico**, ppe, 2021. V. 51. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/pppe/article/view/1771/1328>. Acesso em:13 Jan. 2026.

SANTOS, Niraldo de Oliveira *et al.* A gravidez na adolescência na favela Sururu de Capote em Maceió, Alagoas. **PePSIC – Periódicos de Psicologia**, 2014. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S167774092014000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 19 ago. 2024.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/MxhVZGYbrsWtCsN55nSXszh/?lang=pt>. Acesso em 05 de Abr. 2026.

UMANE. OBSERVATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA. **Gravidez na adolescência**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://observatoriosaudepublica.com.br/pesquisas/centro-de-equidade/gravidez-na-adolescencia/>. Acesso em: 20 jan. 2026.